

2

PÁGINA

A presença do tema na escola
*Maria Cristina de Senzi Zancul*Entrevista com
Renata Soares Junqueira

3

PÁGINA

Direito previsto
na Constituição
*Soraya Gasparetto
Lunardi*

4

PÁGINA

Um imperativo
acadêmico
*Sérgio Azevedo
Fonseca e Renata
Soares Junqueira*

FÓRUM

PROMOVENDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Há décadas, o Brasil busca consolidar uma cultura voltada para o respeito e a preservação do ambiente, em especial entre as gerações mais jovens. Nesse processo, a educação tem um papel de primeira importância. Toda uma legislação se voltou para essa área, como, por exemplo, a Lei 9.795, de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. A Universidade também assume uma grande responsabilidade, atuando como difusora de conceitos e práticas para a sociedade, principalmente para a rede pública. Entre as muitas iniciativas da **Unesp**, estão livros sobre educação ambiental como os da professora Angélica de Moraes, do Câmpus de Tupã, eventos e cursos de extensão, entre os quais o de Educação Ambiental em Perspectiva, oferecido neste semestre no Câmpus de Araraquara.





Shutterstock

A PRESENÇA DO TEMA NA ESCOLA

Maria Cristina de Senzi Zancul

As questões ambientais estão presentes em nosso dia a dia e é cada vez mais evidente que elas dizem respeito a todos os cidadãos, ou seja, não são apenas assunto para discussão de especialistas. [...] Apesar disso, o estilo de vida das sociedades modernas continua baseado na ideia de que os recursos naturais são inesgotáveis e poucas são as alternativas que nos encaminhem para uma forma de convivência mais sustentável com o meio ambiente.

A Educação Ambiental (EA) tem ganhado um destaque especial e acredita-se que, por meio dela, é possível contribuir na formação de uma conscientização ambiental, para aquisição de conhecimentos sobre temas socioambientais e para a formação de atitudes e valores ambientalmente adequados[...]. [...]

O Brasil é um país com grande biodiversidade e uma enorme riqueza cultural. Estudos têm mostrado que aqui são desenvolvidas experiências variadas de EA tanto na educação formal como em espaços não formais. No entanto, muitas das propostas se resumem a ações pontuais e isoladas, com pequeno impacto dentro das escolas e das instituições onde são realizadas e, conseqüentemente, com poucos reflexos nas práticas sociais.

A Constituição de 1988, em seu capítulo VI, referente ao meio ambiente, artigo 225, assegura que: "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida", cabendo ao poder público e à coletividade "o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". [...]

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a EA, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, entendendo por educação ambiental: "os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade".

Em seu Art. 2º, a lei explicita que educação ambiental é "um componente essencial e perma-

Trabalho com questões ambientais busca desenvolver atitudes éticas

mente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal".

No ensino formal, a EA é entendida como uma temática a ser introduzida no currículo de modo diferenciado e não como uma nova disciplina. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN para o Ensino Fundamen-

tal (Brasil, 1998) apresentam meio ambiente como um tema transversal, a ser incorporado por todas as áreas, oferecendo uma visão global e abrangente das questões referentes a ele.

Os PCNs estabelecem objetivos para o trabalho com meio ambiente e trazem orientações sobre conteúdos e formas de trabalho com esse tema na escola. De acordo com o documento, para além da aprendizagem de conteúdos conceituais, o trabalho com as questões ambientais deve ter como foco central o desenvolvimento de atitudes e posturas éticas. [...]

É importante lembrar que a EA tem um papel significativo também em outros espaços e, segundo Reigota (1998, p. 43), ela continuará sendo "uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas".

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília, MEC/SEF, 1998.

REIGOTA, M. *Desafios à educação ambiental escolar*. In: JACOBI, P. et al (Orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA, 1998. p. 43-50.

Maria Cristina de Senzi Zancul é professora da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Câmpus de Araraquara.

A íntegra deste artigo está disponível no "Debate acadêmico" do Portal Unesp, no endereço <<http://www.unesp.br/portal#!/debate-academico/educacao-ambiental-na-escola/>>.

TEMOS QUE DIALOGAR COM O ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL

RENATA SOARES JUNQUEIRA
Por Oscar D'Ambrosio

A literatura e o teatro portugueses balizam a vida acadêmica de Renata Soares Junqueira, autora de diversos livros sobre esses temas. Paralelamente ao seu envolvimento com a área de Letras – em que se tornou bacharel, mestre e doutora pela Unicamp, e livre-docente pela Unesp –, Renata se preocupa com as questões ambientais e as soluções para se enfrentarem as ameaças à natureza. Nesta entrevista, a professora da Faculdade de Ciências e Letras, do Câmpus de Araraquara, destaca propostas como a aproximação com a rede de ensino fundamental e médio, para fortalecer o trabalho de educação ambiental.

JORNAL UNESP: Como surgiu o interesse pela educação ambiental, levando em conta que a sua área primeira de estudos é Letras?

Renata Soares Junqueira: O meio ambiente é objeto de meu interesse há muitos anos, e já o era mesmo antes de eu me tornar professora de literatura. Não bastassem, para me chamar a atenção, as bárbaras agressões à natureza, a própria literatura, objeto do meu trabalho na Unesp desde 1994, suscita sempre reflexões instigantes sobre a vida, a natureza, os animais, os seres humanos, a vida em sociedade, enfim, sobre tudo isso que é, afinal, o nosso meio ambiente. Há, por exemplo, uma obra literária que me comove profundamente: um volume de contos intitulado *Bichos*, de Miguel Torga. Trata-se de um conjunto de narrativas fabulosas cujos protagonistas são bichos: o cão, o gato, o pardal, o galo etc. Num dos contos, um touro, de nome Miura, vê-se no meio de uma arena, numa tourada. Assustado, ele não consegue compreender por que razão o homem, posicionado à sua frente, o agride tão cruelmente. Outro exemplo é o poeta mais "ambientalista" do modernismo português, Alberto Caeiro, o heterônimo contemplativo inventado por Fernando Pessoa.

JU: Qual é a importância da educação ambiental hoje para o ensino?

Renata: Só mesmo uma conscientização, em ampla escala, do valor específico de cada elemento constituinte do nosso meio ambiente – elementos humanos, animais, vegetais e minerais – e da importância da preservação desses elementos e do seu justo equilíbrio na equação da qualidade de vida no planeta poderá garantir a sustentabilidade dessa vida. O papel da escola e do professor, nesse processo de conscientização individual e coletiva, é indubitavelmente fundamental.



Divulgação

Papel da escola e do professor em todo o processo de conscientização individual e coletiva é sem dúvida essencial

JU: De que maneira os professores das redes pública e privada podem se preparar melhor para ter mais informações sobre educação ambiental?

Renata: Cabe a nós, pesquisadores e professores universitários, fomentar o diálogo, diversificando e intensificando as relações da Universidade com as escolas do ensino fundamental e médio. Neste sentido, é na extensão universitária que temos que apostar, em cursos, em projetos, em eventos, em tudo o que nos possa aproximar desses professores que, também eles, precisam estar conscientes da premência da educação ambiental. A educação ambiental deveria ser contemplada num programa específico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unesp.

JU: No âmbito da Unesp, quais ações vêm sendo tomadas para fomentar a educação ambiental?

Renata: Tenho notado um aumento gradual do número de iniciativas, como a publicação de dois livros por Angélica Morales, da Unesp de Tupã. O professor Sérgio Azevedo Fonseca e outros docentes de Araraquara trouxeram para uma conferência na FCL a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva. A criação da revista virtual *Acqua*, pela Unesp, é outra iniciativa louvável, que visa à cooperação pela gestão da água no planeta. O Instituto de Biociências, de Rio Claro, realizou um evento motivado pelo Direito Animal, que estimulou um debate sobre maus-tratos a animais usados em pesquisas científicas e em diversas situações, domésticas ou públicas, apontando também para o consumo excessivo de carne.

Shutterstock



DIREITO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO

Soraya Gasparetto Lunardi

A educação ambiental é um direito previsto na Constituição brasileira de 1988 em seu art. 225, § 1º, VI. Num tempo em que tanto se fala em crescimento econômico, a ideia de desenvolvimento sustentável pressupõe o exercício do direito à educação ambiental. Esse direito engloba a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação de pessoas não escolarizadas, com finalidade de preservar e defender o meio ambiente. [...]

Entretanto, mesmo antes da Constituição de 1988 o tema já era regulamentado pela Lei 6.938 de 1981, que já prescrevia em seu artigo 2º, inciso X, a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, com o objetivo de capacitá-la a uma participação ativa no meio ambiente, e demais leis de direito ambiental, inclusive as resoluções do Conama que tratam da necessidade da conscientização e educação da população. (1)

[...] A matéria foi novamente tratada pela Lei 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, regulando o texto da Constituição de 1988. Operadores do direito e educadores devem garantir a efetivação do direito à educação ambiental e a mencionada lei exige a inclusão de pautas ambientais nos Parâmetros Curriculares Nacionais. O art. 2º da lei, ao afirmar que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”, estabelece o amplo alcance da lei. [...]

Quase 15 anos depois da entrada em vigor da lei de política pública de educação ambiental, é importante verificar como essa lei vem sendo aplicada e se atinge a sua finalidade. Os educadores apontam a atuação tímida do Estado e uma implantação assistemática da matéria nas escolas, o que aparenta gerar efeitos aquém dos esperados.

Isso é preocupante, pois a educação ambiental apresenta-se como um dos pilares para a formação das futuras gerações, abrindo-se um grande espaço ao pedagogo, ao administrador público, que, junta-

Ação do Estado e implantação da matéria não geraram resultados esperados

mente com o sociólogo, deverão orientar especialmente as crianças, redimensionando nas consciências o meio ambiente como valor de relevância coletiva. Os economistas já não podem ver a ciência econômica apenas como a ciência da geração e distribuição de riquezas [...]. A economia política com sensibilidade ecológica é fortemente influenciada pela ética ambiental e procura tematizar e internalizar nos preços os custos da poluição e reabilitação ambiental. (2)

De todas as formas é urgente uma verificação empírica da situação educativa e a consecutiva avaliação da forma de implantação da educação ambiental. [...] Devemos ter um quadro completo das deficiências, para pensar em possíveis remédios, concretizando a lei abstrata mediante estabelecimento de metas mínimas, prazos e, eventualmente, sanções para o não respeito ao direito à educação ambiental. O primeiro passo para que isso ocorra é a preparação dos educadores.

A nós cabe questionar como essa lei vem sendo efetivada e se de fato serve ao fim ao qual se destina. Nesse caso também se aplica a percuciente observação de Norberto Bobbio: “O problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais o de fundamentá-los, e sim protegê-los”. (3)

NOTAS

(1) MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004, p. 609.

(2) SOUZA, Paulo Roberto Pereira de. A conflituosidade ambiental do desenvolvimento sustentável. *Revista Jurídica Cesumar* – Mestrado, v. 10, nº 2, p. 377, jul./dez. 2010.

(3) BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 26.

Soraya Gasparetto Lunardi é professora da Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus da Unesp de Araraquara.

A íntegra deste artigo está disponível no “Debate acadêmico” do Portal Unesp, no endereço <<http://www.unesp.br/portal#!/debate-academico/direito-e-educacao-ambiental/>>.



UM IMPERATIVO ACADÊMICO

Sérgio Azevedo Fonseca e Renata Soares Junqueira

A emergência dos graves problemas ambientais que vêm ameaçando, de forma cada vez mais extensa, intensa e profunda, as condições para a preservação da qualidade de vida no planeta torna impositiva a adoção de prementes medidas e ações capazes de reverter ou, na pior das hipóteses, mitigar o ritmo e os efeitos dos processos de degradação dos ambientes naturais afetados pelas atividades antrópicas, em âmbito planetário.

Nesse contexto, ganha destaque a importância da educação ambiental. Importância que foi, oficial e institucionalmente reconhecida no Brasil pela publicação, em junho de 2012, das Diretrizes Curriculares Nacionais para

Problemas ambientais levaram docentes de Araraquara a oferecer curso de extensão

a Educação Ambiental, que, a partir de então, passaram a integrar as agendas dos sistemas de ensino e das instituições de educação básica e de educação superior no país.

Foi precisamente a combinação da consciência quanto à emergência dos problemas ambientais com a oportunidade oferecida pela promulgação da Resolução nº 2, de 15/06/2012, do Conselho Nacional de Educação, o fator motivador da oferta, por um grupo de docentes da Faculdade de Ciências e Letras

(FCL) de Araraquara, do curso multidisciplinar de extensão Educação Ambiental em Perspectiva.

Iniciado em março, o curso reúne docentes de oito departamentos da FCL, ministrando 15 semi-

nários temáticos, em edições semanais, até o dia 26 de junho.

Apoiado em visão humanística, o curso aborda um conjunto de temas transversais, capazes de contribuir para a agregação de conhecimentos – de caráter ambiental – à formação dos estudantes nos campos dos estudos literários, das ciências humanas e sociais.

Partindo de uma abordagem histórico-institucional, o curso oferece, de início, um panorama da evolução do movimento e do pensamento ambientalista nas últimas três décadas, tratando, na sequência, do papel e da importância da consciência ambiental como fator de construção de uma nova lógica civilizatória, apoiada em princípios éticos norteados pela necessidade de preservação da vida no planeta.

Nova lógica civilizatória implica novos valores culturais. O papel e as influências do pensamento ambientalista na configuração e disseminação de princípios, valores, atitudes e comportamentos (e suas correspondentes materializações) afins às emergentes demandas de caráter socioambiental são objeto de tratamento em quatro seminários do curso.

As normas jurídicas representam importantes e críticos instrumentos reguladores das relações sociais e das relações entre a sociedade – e suas instituições – e o meio natural. Dois dos seminários do curso tratam da temática do direito ambiental e das correspondentes políticas públicas direcionadas às novas imposições de caráter ambiental.

A expressão literária é reveladora do pensamento e dos sentimentos humanos, inclusive na sua relação com a natureza. O tratamento da temática ambiental na forma poética é trabalhado em um seminário do curso.

A escola é o espaço social, por excelência, propício à iniciação da educação ambiental. A reflexão sobre esse papel desempenhado pela escola e sobre os conteúdos e as práticas pedagógicas aplicáveis à educação ambiental infantil é objeto de dois dos seminários do curso.

A produção, a comercialização e a disposição final de mercadorias têm sido historicamente consideradas, especialmente nas últimas quatro décadas, as três atividades humanas principais causadoras das grandes mazelas ambientais, em âmbito planetário. A reflexão sobre os impactos ambientais das atividades econômicas e sobre as possibilidades de um padrão de produção e consumo menos agressivo do ponto de vista ambiental será objeto de abordagem em dois seminários do curso.

A reflexão sobre o tratamento político-pedagógico a ser dispensado à educação ambiental no âmbito do ensino superior é o conteúdo abordado no seminário de encerramento do curso.

A expectativa dos organizadores é que o curso, além de propiciar um ambiente de debate e reflexão sobre a educação ambiental, possa contribuir sobretudo com os conselhos dos cursos de graduação da FCL, para que venham a cumprir o disposto nas normas reguladoras das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Sérgio Azevedo Fonseca e Renata Soares Junqueira são docentes da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Unesp, Câmpus de Araraquara

Este artigo está disponível no "Debate acadêmico" do Portal Unesp, no endereço <<http://www.unesp.br/portal#!debate-academico/a-educacao-ambiental-como-imperativo-academico/>>.



5 Laboratório alia formação de alunos a serviços para empresas

11 Coleção tem 54 novos títulos para download gratuito

16 Relações raciais em ferrovia refletem contradições do país



jornalunesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA • ANO XXVII • NÚMERO 289 • JUNHO 2013



UM PAÍS QUE CONSTRÓI SUA DEMOCRACIA

Com experiências inovadoras como o orçamento participativo e os conselhos de gestão compartilhada do Sistema Único de Saúde, o Brasil torna-se um exemplo de sociedade que se organiza para interferir diretamente nas políticas públicas **Páginas 8 e 9**

Arte Daniel Patire

3 Antropólogo venezuelano comenta rumos da América Latina



12 Aprovação de alunos de cursinhos da Unesp aumenta 40%

Educação ambiental
Tema precisa ser valorizado no ensino e universidade deve contribuir para isso



max blain / Shutterstock.com



Toniflap / Shutterstock.com

Shutterstock

A América Latina em nova etapa

Por vias tensas e tortuosas, região voltou com força ao cenário internacional ao longo da década de 2000

Marco Aurélio Nogueira

Primeiro, foi a crise estrutural das economias centrais, dos países mais ricos e desenvolvidos do hemisfério norte. Abalados pelos efeitos cruzados do desaquecimento econômico, da financeirização, do desemprego e do empobrecimento relativo de suas populações, tais países deixaram de fornecer, aos demais, lições ou modelos de futuro. Abriram-se com isso novas oportunidades para a afirmação das especificidades nacionais tanto no plano macroeconômico quanto nas demais políticas públicas.

Em segundo lugar, a América Latina se tornou “pós-neoliberal”, ou seja, passou a desmontar políticas e opções baseadas em ajustes fiscais, desregulamentação e redução do papel estratégico do Estado, que influenciaram bastante as duas últimas décadas do século XX. Vários governos puseram em prática orientações políticas de outro tipo, com o que seus países seguiram um caminho anticíclico, cresceram e distribuíram

renda, enquanto boa parte do mundo se enroscava na crise e na recessão.

Em terceiro lugar, ensaiou-se no subcontinente uma nova dinâmica de integração regional, em parte estimulada pela articulação entre os governos mais progressistas da região, e em parte impelida pelas necessidades de ativação comercial e pelo reconhecimento de que as sociedades latino-americanas podem se beneficiar da criação de um mercado regional mais vigoroso e ativo.

Por fim, a democracia política avançou na região, ainda que de maneira irregular. Eleições passaram a ser realizadas em todos os países, os parlamentos voltaram a ter protagonismo e as liberdades se aprofundaram. Inevitável, com isso, que os conflitos políticos ganhassem outros formatos e maior intensidade, impulsionados pela diversificação e fragmentação social e pelas pressões do próprio jogo democrático. Atritos entre poderes, disputas eleitorais tensas e uma inédita

ativação política dos tribunais superiores tornaram-se fato cotidiano na região.

O destaque adquirido pela América Latina foi por vezes reduzido à ideia – bombástica e sedutora, mas não propriamente realista – de que se estaria assistindo a uma “guinada para a esquerda” em todo o subcontinente.

O conjunto dessas mudanças ainda está por ser cabalmente decodificado. Independentemente disso, é fato que a nova posição relativa da região produziu impactos generalizados. Um “novo desenvolvimentismo” começou, por exemplo, a frequentar o léxico político, técnico e governamental, impulsionado pela recuperação do papel estratégico do Estado e pela ampliação dos programas de transferência de renda em vários países. Movimentos de novo tipo, esforços de ativação de identidades étnicas e lideranças carismáticas disseminam a imagem de que a América Latina se tornou uma usina de ideias, procedimentos e políticas públicas capazes de renovar a política.

Pode haver precipitação e exagero nessa valorização, mas é inegável que o subcontinente mergulhou em nova etapa na primeira década do século XXI.

A universidade não poderia deixar de repercutir o fato. Na **Unesp** em particular, reafirmou-se o interesse pelos

problemas latino-americanos, que sempre estiveram em nossas agendas acadêmicas. Incrementou-se também a mobilidade universitária entre os países da região, que ingressaram no circuito da “internacionalização”. E houve, por fim, um reforço e uma ampliação de parcerias e projetos conjuntos de pesquisa.

O Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI (www.ippri.unesp.br), que abriga em São Paulo alguns importantes núcleos de pós-graduação e pesquisa da **Unesp** – como a Cátedra Unesco de Educação do Campo, o Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), o Grupo de Estudos da Defesa e Segurança Internacional e o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais –, foi organizado e veio à luz no mesmo momento em que a região começou a se converter em tema de interesse estratégico. Temos podido privilegiar áreas de interesse que, no futuro próximo, produzirão um melhor conhecimento do subcontinente e do lugar do Brasil nele: integração regional, segurança e defesa, política internacional, relações com a Comunidade Europeia e os Estados Unidos, dimensão territorial das relações regionais. Pesquisadores estrangeiros frequentam com maior assiduidade nossa

agenda de eventos e há um espaço enorme a ser mais bem aproveitado a esse respeito.

Nesse cenário, a cooperação com o professor Andrés Serbin, presidente-executivo da Coordenadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (Cries), é um exemplo a ser valorizado. Antes de tudo, pela relevância de sua instituição, que há três décadas tem-se notabilizado pela qualidade de suas investigações e pela relevância político-cultural de sua extensa agenda de eventos e iniciativas. Nossa parceria com ele tem-se feito, também, segundo critérios valiosíssimos de reciprocidade, predisposição para formular agendas abrangentes e elegância no trato. Em tudo isso, a figura do professor Serbin se destaca.

A entrevista por ele concedida ao *Jornal Unesp* (ver pág. 3) é uma oportunidade para que se conheça o que ele pensa a respeito dessa cooperação, que já produz resultados e tem tudo para continuar a crescer.

Marco Aurélio Nogueira é professor da Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus da **Unesp** de Araraquara, e diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI).



Região afasta-se dos EUA

O antropólogo venezuelano Andrés Serbin comenta mudanças como integração e nova agenda social dos países latino-americanos

Genira Chagas

Andrés Serbin, pesquisador da Universidade Central da Venezuela, é presidente-executivo da Coordenadoria Regional de Pesquisas Econômicas e Sociais (Cries), que congrega mais de 70 centros de pesquisa e outras entidades da América Latina e do Caribe (<http://www.cries.org/>). Destina-se a promover a pesquisa econômica, política, ambiental e social, além de estimular o debate público e a participação da sociedade civil na agenda regional e global. Em abril, Andrés Serbin fez palestra na Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Unesp, em Araraquara, durante o Encontro Internacional Participação, Democracia, Políticas Públicas: Aproximando Agenda e Agentes. Também visitou a sede do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-Unesp), onde concedeu esta entrevista.

Jornal Unesp: O Cries é parceiro do Programa San Tiago Dantas, do Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos (Ineu) e do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

(IEEI), todos vinculados ao IPPRI-Unesp. O que o senhor destaca dessa colaboração?

ANDRÉS SERBIN: Há três anos estamos realizando um projeto com o Ineu e o Centro de Estudos Latino-Americano da American University. Esse projeto é coordenado por mim, pelo professor Tullo Vigevani, do Ineu, e o professor Eric Hershberg, dos EUA. Na primeira etapa desse projeto, buscamos verificar as políticas exteriores de alguns países em relação à mudança regional, incluindo EUA e Canadá. Em segundo lugar, estamos verificando como isto se relaciona com as mudanças no sistema interamericano de direitos humanos.

JU: De que forma as atividades do Cries impactam a sociedade?

SERBIN: Temos alguns programas cujo impacto em termos de populações localizadas é indireto. Por exemplo, um programa amplo de prevenção de conflitos, violência e construção da paz na América Latina. O interessante é que, além de estarmos trabalhando com organizações civis, alguns governos nos solicitaram

que capacitássemos seus funcionários nestes temas. Aí, há um impacto direto. Outros projetos de longo prazo requerem muito mais dedicação, tempo, e investimento financeiro. No momento estamos desenvolvendo o projeto Diálogo Cuba-Estados Unidos. Em quatro anos – a primeira reunião ocorreu em São Paulo, com apoio da Unesp –, conseguimos juntar dois grupos de acadêmicos e ex-diplomatas, um de Cuba e outro dos EUA, para vermos recomendações a serem feitas aos dois governos, com o objetivo de normalizar as relações entre ambos. Agora estamos publicando os resultados.

JU: O Cries publicou em 2012 o Anuário da integração regional da América Latina e Grande Caribe, no qual trata, entre outros temas, do regionalismo pós-liberal. Os temas da agenda regional prevalecem de fato sobre as prioridades dos EUA e do Canadá?

SERBIN: Publicamos o anuário desde 1998. O último anuário foi dedicado à discussão de um dos regionalismos predominantes, que é pós-liberal. Em essência, o que

acontece é que se verifica o desenvolvimento de processos regionais com a exclusão dos EUA e do Canadá. Por exemplo, a criação da Alba (Alternativa Bolivariana das Américas), da Unasul (União das Nações Sul-americanas) e Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe). Há uma série de características comuns nesse processo. Primeiro há um retorno ao protagonismo do Estado. Em segundo lugar, está havendo um retorno à política, com a realização das cúpulas, inclusive com diferenças políticas. Um terceiro elemento é o retorno a uma agenda de desenvolvimento.

JU: O senhor é autor do livro Chávez, Venezuela e a reconfiguração política da América Latina e do Caribe. O que mudou nessas regiões depois de 1998, quando o militar Hugo Chávez foi eleito pela primeira vez?

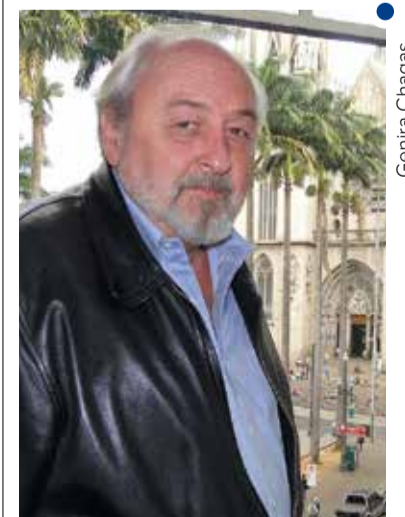
SERBIN: Creio que a grande contribuição de Chávez e que vai para a história é que ele foi um importante agente de uma agenda social. Nessa direção, creio que há uma coincidência entre os partidos de esquerda que estão nos governos.

Apesar de continuarmos uma região desigual, os que antes estavam à margem da agenda se tornaram visíveis, participativos e incluídos nas políticas em desenvolvimento.

JU: Como o senhor observa as relações entre Estado e sociedade civil na América Latina?

SERBIN: Os progressistas chegaram ao poder na América Latina com o apoio dos movimentos sociais. Atualmente, observa-se claramente na agenda regional um processo de desmobilização da sociedade civil. Neste momento existem focos dessa agenda onde se pode observar uma participação mais ativa. Um deles questiona a posição de alguns governos da América Latina frente ao desmantelamento do sistema interamericano de direitos humanos.

Marginalizados se tornaram visíveis, segundo Serbin





Plantar é preciso

Geoestatística pode ajudar agricultor a aproveitar melhor o solo de sua propriedade

Sérgio Santa Rosa, Assessoria de Imprensa da FCA



No sentido horário: mesa do seminário; o português Soares apresentou modelos de integração de dados; Annamaria abordou tecnologias usadas na Itália; Landim e Yamamoto autografaram seu livro



Com frequência, as propriedades rurais apresentam diferentes características em seu terreno, como mudanças na presença de nutrientes, por exemplo. Conhecer bem esses detalhes é fundamental para o agricultor melhorar a produção e reduzir gastos. Para isso, ele conta com o arsenal da Geoestatística, que utiliza conceitos da geografia matemática e da estatística para fornecer ao produtor dados como os atributos do solo e sua variabilidade em determinado espaço.

Especialista no setor, Paulo Milton Barbosa Landim, reitor da **Unesp** de 1989 a 1993 e professor voluntário do Câmpus de Rio Claro, esclarece que um estudo geoestatístico ajuda a determinar as peculiaridades de cada ponto de um local. “Isso permite que o agricultor aplique seu produto corretivo ou fertilizante onde realmente há necessidade e nas doses adequadas”, argumenta.

Professor da Universidade Federal de Viçosa, Daniel Marçal de Queiroz resalta a precisão dos diagnósticos gerados para o produtor. “Com o uso de sensores de GPS e mapas, conseguimos aumentar a densidade de pontos de amostragem e reduzir as possibilidades de erros nas recomendações”, complementa.

SIMPÓSIO

Landim foi um dos coordenadores do III Simpósio de Geoestatística Aplicada em Ciências Agrárias (SGeA), ao lado da professora Célia Zimback, da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA), Câmpus de Botucatu. Único evento dessa natureza no país, o simpósio foi realizado entre os dias 8 e 10 de maio, nessa unidade da **Unesp**, reunindo cerca de 130 pessoas, entre alunos de graduação e pós-graduação, pesquisadores e profissionais.

Além de palestras, mesas-redondas e apresentações de mais de cinquenta trabalhos, o III SGeA também incluiu um minicurso de aplicação da geoestatística em ciências agrárias, para iniciantes e

pessoas com conhecimentos básicos sobre o tema.

Essa edição do SGeA trouxe ao país três palestrantes europeus. Annamaria Castrignanó, do Conselho de Pesquisa em Agricultura da Itália, mostrou as tecnologias utilizadas em seu país para a aplicação da geoestatística multivariada, que correlaciona informações de natureza diversa sobre uma área, como altitude, quantidade de chuvas e acidez do solo.

A portuguesa Maria João Pereira, que atua no Instituto Superior Técnico de Lisboa, falou sobre o uso da geoestatística em saúde ambiental, analisando, por exemplo, a presença de poluentes em solos ou lençóis freáticos. Amílcar de Oliveira Soares, do mesmo instituto, apresentou modelos de integração de dados para a caracterização e classificação da qualidade de solos.

TRABALHOS DA UNESP

O evento também teve a contribuição de especialistas brasileiros, entre os quais professores da **Unesp**, como Rodrigo Manzione, do Câmpus de Ourinhos, que discutiu a aplicação da geoestatística em ciências ambientais.

David Rosalen, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Câmpus de Jaboticabal, apresentou o uso de GNSS, ou seja, sistemas de navegação por satélite, no campo da geoestatística. Já Landim abordou a análise estatística espacial de dados multivariados. No encontro, o professor de Rio Claro lançou ainda o livro *Geoestatística: conceitos e aplicações*, que elaborou com Jorge Kazuo Yamamoto, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo.

A interação de pesquisadores de várias instituições foi enfatizada por Ênio Seidel, professor da Universidade Federal do Pampa, que participou pela primeira vez do evento. “Dentro das ciências agrárias, tudo o que se trabalha em termos de estudo de campo vai precisar da geoestatística”, comenta.

Grupo organizou evento

O III SGeA foi organizado pelos alunos que integram o Grupo de Estudos e Pesquisas Agrárias Georreferenciadas (Gepag), vinculado à FCA e em atividade desde 1997. “Eles participam do evento em todos os aspectos e fazem

ótimos contatos com as pessoas da área para futuros estágios e trabalhos”, resalta a professora Célia Zimback, coordenadora do Gepag.

“É muito bom podermos trocar ideias e tirar dúvidas com pesquisadores que são nossas referências

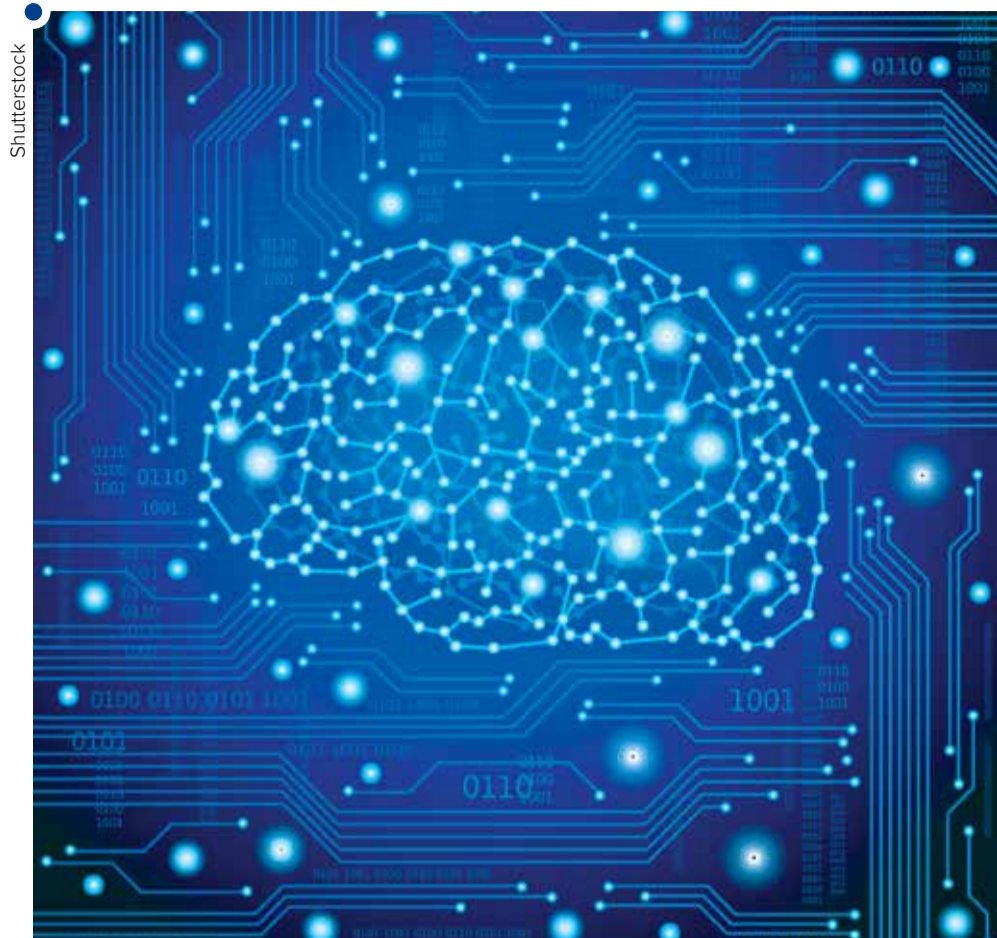
bibliográficas”, comenta Claudiane Paes, integrante do Gepag e mestranda em Irrigação e Drenagem pela FCA, sobre sua participação no simpósio.

O Gepag reúne agrônomos, engenheiros florestais, biólogos, geólogos e tecnólogos em

informática. O grupo promove reuniões de trabalho para a discussão das pesquisas, palestras e minicursos.

A professora Célia relata que o interesse dos alunos pela geoestatística cresceu bastante, da mesma forma que a demanda

por profissionais da área. “Os dois palestrantes portugueses que estão aqui são consultores da Petrobras e de outras empresas brasileiras”, assinala. “São espaços que nossos profissionais poderão ocupar no futuro.”



Shutterstock



Divulgação



Divulgação



João Moretti Jr.

O professor Morgado, alunos autores do projeto “Nimbus” (no alto à esq.) e a equipe Moscow Perdeu (ao lado): aprendizado na prática

Tecnologia da formação

Laboratório de Bauru aprimora preparo de alunos com prestação de serviços a empresas inovadoras

João Moretti Jr. e André Louzas

Tablets, smartphones, computação em nuvem, automação industrial e diversas outras novidades vêm revolucionando o fluxo de dados no mundo. O Laboratório de Tecnologia da Informação (Ltia) do Câmpus de Bauru está imerso nesse novo “ecossistema”, que reúne empresas, instituições de pesquisa e órgãos governamentais.

Criado em 1995 e funcionando em prédio próprio desde 2009, o laboratório encara dois grandes desafios. Por um lado, busca soluções para aprimorar produtos das empresas do setor. Por outro, promove a formação dos estudantes, a partir de um contato direto com as inovações.

LINHAS DE TRABALHO

O coordenador do Ltia, Eduardo Martins Morgado, professor do Departamento de Computação da Faculdade de Ciências (FC), explica que

os produtores das chamadas tecnologias emergentes enviam suas criações para que o laboratório as submeta a uma avaliação de seu potencial. “Criamos ferramentas para que outras pessoas possam construir softwares ou páginas na web”, assinala

Um exemplo desse processo ocorreu com o sistema operacional Windows 8, que foi fornecido pela Microsoft à equipe em 2011. Os integrantes do Ltia produziram cerca de 60 aplicativos – programas que executam certas tarefas – destinados a esse sistema, lançado em outubro de 2012.

Atualmente, o laboratório está engajado em quatro linhas de trabalho. A primeira delas é a pesquisa de jogos para smartphones. A segunda está relacionada à localização eletrônica de produtos e pessoas. Um dos trabalhos nessa linha envolve os RFID, ou identificadores de radiofrequência, que abrangem

sensores usados, por exemplo, para identificar os carros em pedágios eletrônicos. Outro se relaciona a testes com o “Smart tag” da Motorola, uma espécie de crachá inteligente que pode ser lido em qualquer lugar por meio de scanners, além de servir como rádio e ser compatível com redes sem fio.

A terceira linha desenvolve aplicativos para computação em nuvem, ou seja, para sistemas que integram a capacidade de diversos computadores conectados pela Internet. E, na quarta, são pesquisados aplicativos para os usuários de TV, por exemplo, permitindo que eles tenham acesso a sistemas de compras on-line.

PREPARO PARA O MERCADO

Em média, anualmente, o Ltia abre espaço para mais de 30 estagiários, selecionados de preferência entre alunos do segundo ano dos cursos

de Computação, Design, Comunicação e Relações Públicas da Unesp de Bauru. “Os que se adaptam a nossa filosofia de trabalho permanecem até a formatura, o que resulta em bons empregos ou ótimas colocações em programas de pós-graduação”, comenta Morgado.

Além disso, há o atendimento a estudantes que realizam sua iniciação científica ou os trabalhos de conclusão de curso, cujo contingente anual varia de 20 a 40 graduandos. “Nosso objetivo é envolver os alunos com tecnologias que em pouco tempo serão padrão de mercado”, esclarece Morgado.

A experiência obtida no Ltia ajuda muitos jovens a se destacarem em competições nacionais e internacionais. Um caso recente é o da equipe Moscow Perdeu, formada por quatro alunos do Câmpus, que venceu a etapa brasileira da Imagine Cup 2013, realizada pela Microsoft. O grupo desenvolveu o jogo Twinkle, para PCs e Xbox 360, em que uma menina-estrela precisa navegar entre planetas.

A Moscow Perdeu tem como integrantes Marcel Barbosa, Rodrigo Ueda, Adham Benelli e Gustavo Paulino. Aluno do 5º termo de Design da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac), Barbosa avalia a participação no laboratório como “extremamente gratificante e divertida”. “Temos que aprender tecnologias e programas para melhorar

os conceitos, além de desenvolvermos jogos”, detalha.

Além dessa vitória na etapa nacional, outra equipe, a Flying Ship, classificou-se para a final mundial do Imagine Cup, que ocorrerá de 6 a 10 de julho, em São Peterburgo, na Rússia. Formada pelos alunos Pedro Cavalca, Diego Sato de Castro, Andre de Souza Rodrigues e Felipe Minutti, a Flying Ship foi a única equipe brasileira a se classificar na disputa internacional, competindo nas Categorias Inovação e Windows 8 Applications.

Outro grupo do laboratório está entre os escolhidos para a final nacional do Desafio Tecnologias que Transformam, organizado pela Fundação Telefônica Vivo para escolher projetos de empreendedorismo social. Integrada pelos estudantes Ariane Dutra Vieira, Lais Munhoz Mastelari, Rafael Rabelo Itajubá e Renato Schmidt, a equipe elaborou o projeto “Nimbus: comunidade de compartilhamento de conhecimento”, que ficou entre os 30 selecionados entre 130 propostas de todo o país. No dia 30 de junho, serão anunciados os 10 projetos que receberão apoio financeiro da fundação.

Estimulantes para os alunos, as competições também produzem bons frutos para o Ltia: “Pelo bom desempenho em disputas como a Imagine Cup, nos tornamos visíveis para mais empresas, que nos procuram para desenvolver ou avaliar seus produtos”, esclarece Morgado.

Divulgação



Divulgação



Flávio Fogueral

Exemplares das duas espécies: o *Neoplecostomus botucatu* (no alto) pode medir entre 7 cm e 10 cm, enquanto o comprimento do *Hisonotus bocaiuva* gira em torno de 2 cm

Duas novas espécies de cascudo no país

Especialista fez descobertas nas Bacias dos Rios São Francisco e Paranapanema

Flávio Fogueral, Assessoria de Imprensa do Instituto de Biociências/Botucatu

Duas novas espécies de cascudo, ambas pertencentes à família *Loricariidae*, foram encontradas em regiões distintas do Brasil. O pesquisador Fábio Roxo, do Instituto de Biociências (IB), do Câmpus da **Unesp** em Botucatu, fez as descobertas na zona mineira da Bacia do Rio São Francisco e em Botucatu (SP), na Bacia do Rio Paranapanema.

A primeira espécie foi descrita com o nome científico de *Hisonotus bocaiuva*. Seus exemplares foram inicialmente encontrados no Córrego Cachoeira e no Rio Jequitá, em

Bocaiúva (MG). A novidade foi publicada na edição de março da *Ichthyological Exploration of Freshwaters*, uma das principais revistas especializadas em ictiologia (área da biologia que estuda os peixes) em nível internacional.

A principal característica desse peixe é o comprimento de apenas 2 centímetros, abaixo das variações encontradas em outros cascudos do mesmo gênero (*Hisonotus*), entre 3 e 4 centímetros. Outra particularidade do animal é a crista, traço que permitiu a identificação pelo pesquisador. A coloração é

predominantemente marrom, com alguns exemplares apresentando um tom mais amarelado, com manchas pretas pelo corpo.

Segundo Roxo, a descoberta ocorreu em 2009, em uma das expedições que o Laboratório de Biologia e Genética de Peixes do IB promove pelo país. “Não havia nenhuma espécie desse gênero anteriormente descrita para a Bacia do São Francisco”, afirma. Outros exemplares coletados na região mineira passam por análise para avaliação como nova espécie.

O pesquisador explica que, atualmente, há 862 espécies

de cascudos descritas, das quais 192 só na última década. “E muitas outras foram descobertas e esperam ser descritas em muitas coleções biológicas pelo Brasil”, informa.

RISCO DE EXTINÇÃO

Outra nova espécie de cascudo catalogada por Roxo foi a *Neoplecostomus botucatu*, batizada em homenagem à cidade paulista. A descoberta ocorreu no Córrego Águas de Madalena, afluente do Rio Pardo, principal rio que corta o município e integrante da Bacia do Rio Paranapanema.

Por estar restrita a uma pequena porção dessa bacia, num espaço muito frequentado pelos moradores da cidade – por causa da Cascata Vêu da Noiva –, a espécie corre risco de extinção. “Como esse córrego é um local de recreação da população da cidade, ele está sujeito à poluição e à destruição de seu habitat pela interferência humana”, explica Roxo.

Ele esclarece que os cascudos de uma forma

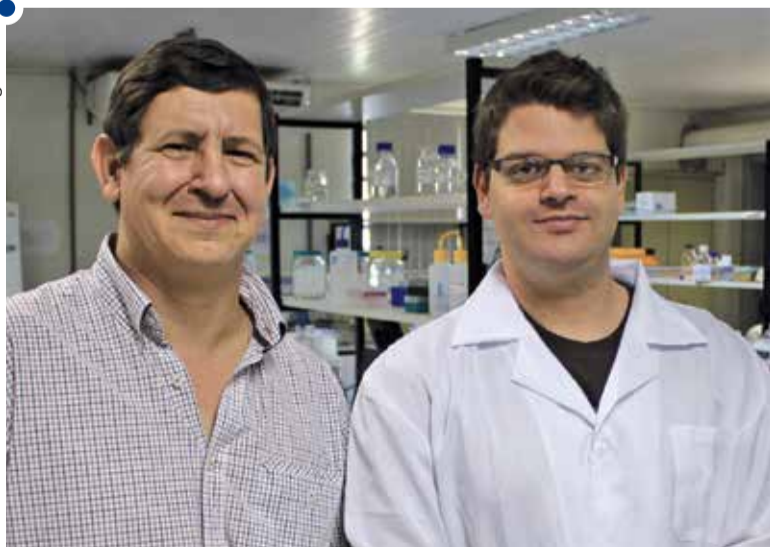
geral possuem dimorfismo sexual, ou seja, diferenças entre machos e fêmeas.

“Nessa espécie, os machos apresentam uma papila próxima ao ânus, chamada de papila urogenital, uma membrana acima da nadadeira pélvica e, de forma geral, alcançam tamanho maior”, comenta. A *Neoplecostomus botucatu* também tem como características a nadadeira adiposa reduzida (em alguns exemplares ela é ausente) e coloração com pequenas pintas pretas por todo o corpo do animal.

Esse cascudo habita cursos d’água de correnteza forte, ficando embaixo de pedras soltas ou lajes de pedra em cachoeiras. Seu tamanho varia de 7,8 a 10 centímetros.

Nesse trabalho, houve a colaboração entre a **Unesp**, através de Roxo e do professor Cláudio Oliveira, e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), por meio do pesquisador Cláudio Zawadzki. O estudo foi publicado em 2012 pelo periódico internacional *Zootaxa*.

Flávio Fogueral



Roxo (dir.) e Oliveira, o orientador: publicação no exterior

Laboratório é referência em análise de peixes

Instalado no Instituto de Biociências de Botucatu, o Laboratório de Biologia e Genética de Peixes tem uma estrutura modelo para a catalogação, análise genômica e preservação desses animais. Criado em 1981 e vinculado ao Departamento de Morfologia do IB, o complexo conta com uma área estimada em 200 m², abrangendo laboratórios de ecologia de peixes, biotério e aquários que

podem comportar os mais variados tipos de peixes por longos períodos.

A coleção ictiológica de referência, instalada em uma área de 80 m², é totalmente informatizada e contabiliza mais de 130 mil exemplares de peixes coletados nas grandes bacias hidrográficas brasileiras e da América Latina.

Dentro desse complexo, 57 pessoas entre pesquisadores, funcionários, alunos de pós-

-graduação e professores desenvolvem suas linhas de estudo. Essa atividade se traduz na publicação anual média de 30 artigos em revistas e publicações de relevância internacional.

As linhas de pesquisa compreendem as áreas de genética e citogenética básica e aplicada de peixes neotropicais, além de análises de dinâmica populacional e análises morfológicas e taxonômicas desses animais.

Shutterstock



Vinicius dos Santos/ACI da FMB



Paiva e Bruna (esq.): vegetal reduziu efeitos no coração

Alecrim, esperança contra infartos

Testes comprovaram eficácia desse vegetal na recuperação de ratos com complicação cardíaca

Leandro Rocha, Assessoria de Comunicação e Imprensa da FM/Botucatu

Um famoso ingrediente de pratos e perfumes poderá no futuro ajudar o tratamento de vítimas de infarto do miocárdio, a parede do coração. Depois de misturar folhas de alecrim à ração de ratos infartados, pesquisadores do Câmpus de Botucatu constataram que o consumo da planta atenuou os efeitos dessa complicação.

A pesquisa integrou a tese de doutorado de Bruna Paola Murino Rafacho, defendida na Faculdade de Medicina (FM), que obteve o primeiro lugar no XI Congresso Brasileiro de Insuficiência Cardíaca, em Gramado (RS), no ano passado. “Nos baseamos em outros estudos sobre alecrim e decidimos testar seus benefícios para ratos induzidos a infarto”, explica Bruna, que foi orientada pelo professor Sérgio Paiva, do Departamento de Clínica Médica da FM.

No trabalho, os ratos foram divididos em três grupos de oito animais. Dois grupos receberam ração com a folha do alecrim misturada em duas doses diferentes. No terceiro, o vegetal não fez parte do cardápio. “Após três meses, realizamos um ecocardiograma e identificamos que os animais que comeram ração com alecrim de ambas as doses haviam apresentado atenuação nas alterações causadas pelo infarto”, esclarece.

TESTES RECENTES

Mais recentemente, novos testes identificaram os possíveis mecanismos com que o alecrim atua no coração. Foram avaliados o estresse oxidativo, relacionado ao envelhecimento precoce e surgimento de certas doenças, e o metabolismo de energia, isto é a transformação da energia no coração.

“Vimos que o alecrim diminuiu a oxidação de lipídeos e melhorou as defesas antioxidantes, atuando nas enzimas glutatona peroxidase, superóxido dismutase, melhorando assim o estresse oxidativo cardíaco”, explica Bruna. “Em relação ao metabolismo, a suplementação de alecrim melhorou a utilização de energia no coração dos ratos infartados, atuando em enzimas como citrato sintase e enzimas do complexo I e II da cadeia respiratória. “A próxima etapa do estudo é analisar as proteínas e marcadores específicos do coração de ratos infartados, que podem explicar os resultados positivos com a ingestão do alecrim.

O professor Paiva, adverte que, por enquanto, não é possível recomendar o uso desse produto em tratamentos cardíacos em seres humanos.

Os benefícios da castanha-de-cutia

Alimento reduz risco de diversas enfermidades

Marina Mattar, Assessoria de Comunicação do Ibilce/São José do Rio Preto

A castanha-de-cutia é típica da Região Norte, onde tradicionalmente fornece óleo para o preparo de alimentos ou então é consumida após ser torrada. Seu potencial, no entanto, pode torná-la um produto comercializado em todo o país, de acordo com um estudo promovido no Câmpus da **Unesp** de São José do Rio Preto.

A pesquisa identificou, pela primeira vez, as características essenciais dessa castanha (*Couepia edulis*), descobrindo a presença de compostos bioativos que a fazem agir como alimento funcional. Entre seus benefícios estão a redução do risco de doenças cardiovasculares, tumores,

distúrbios metabólicos, doenças neurodegenerativas e enfermidades inflamatórias.

O trabalho foi realizado pela doutoranda Tainara Costa Singh, do Programa de Engenharia e Ciência de Alimentos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce), sob a orientação da professora Neuza Jorge. De acordo com as pesquisadoras, essa castanha pode ser utilizada para fins comestíveis ou como matéria-prima para as indústrias farmacêutica e óleoquímica.

Tainara destaca que há uma grande demanda por óleos vegetais ricos em compostos benéficos para a saúde, em razão do interesse dos consumidores na redução do



risco de doenças e na promoção de uma vida saudável. “Esses compostos benéficos incluem tocoferóis, carotenoides, fitosteróis, compostos fenólicos e composição especial em ácidos graxos, com alto conteúdo de

ácidos graxos mono e poli-insaturados”, complementa.

O trabalho, que foi a dissertação de mestrado de Tainara, consistiu em caracterizar e analisar as propriedades funcionais de óleos extraídos de castanhas e



Tainara (dir.) com a orientadora Neuza Jorge: estudo premiado em congresso nacional

nozes. A pesquisa recebeu o segundo lugar na premiação Leopoldo Hartman, no 23º Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, realizado em Campinas, no ano passado.

Fotos Divulgação

BRASIL

LABORATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA

Orçamento participativo e outras inovações que se tornaram referência para vários países são analisados em encontro em Araraquara

Daniel Patire

Ao se redemocratizar, o Brasil inovou na criação de ferramentas de participação popular na gestão pública. Por meio de conferências, conselhos ou audiências públicas, vários grupos sociais conseguem aprovar leis de seu interesse e fiscalizar as ações dos governos, em nível municipal, estadual e federal.

A inclusão política promovida após a Constituinte de 1988 tornou-se uma referência para outros países, de acordo com especialistas de Brasil, América Latina, Europa e Estados Unidos, presentes no Encontro Internacional Participação, Democracia, Políticas Públicas – Aproximando Agendas e Agentes. Realizado entre os dias 23 e 25 de abril, o evento foi organizado pela Faculdade de Ciências e Letras (FCL), Câmpus da **Unesp** de Araraquara.

“Nosso objetivo com o encontro foi possibilitar um espaço de intercâmbio entre

pesquisadores, gestores públicos, representantes das organizações da sociedade civil e de movimentos sociais, para aprofundar o debate sobre a participação social na formulação de políticas”, salientou Wagner de Melo Romão, professor da FCL e coordenador do encontro.

O evento reuniu cerca de 400 pessoas, de 19 Estados brasileiros e de vários outros países, com 350 trabalhos apresentados e debatidos em 16 seminários temáticos simultâneos. Para ampliar e incluir mais ouvintes nas mesas-redondas e conferências, o evento foi transmitido ao vivo pela Internet, obtendo 1.538 acessos.

EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

Pesquisador da Universidade de Sussex, Inglaterra, Alex Shankland focou sua análise nos conselhos municipais e estaduais da gestão compartilhada do Sistema

Único de Saúde (SUS). Criado em 1988 e ligado ao Ministério da Saúde, o sistema tem sua administração descentralizada, na qual a União é responsável por 50% do financiamento, e os municípios assumem o atendimento à população.

Os conselhos, formados por representantes dos usuários, prestadores de serviço, gestores e profissionais de saúde, têm como principal objetivo fiscalizar a aplicação dos recursos na área. “A Inglaterra tem muito o que aprender com o Brasil, sobretudo na questão da democratização da gestão local do sistema de saúde”, destacou.

A abertura de espaços públicos no país é demonstrada em números pelo estudo do professor Brian Wampler, da Boise State University (EUA) sobre o Orçamento Participativo. De 2003 a 2010, o país teve 74 conferências nacionais e soma mais de 50 mil habitantes que tomaram parte nesse mecanismo democrático,

além de 65 mil em conselhos municipais. Wampler analisou o desenvolvimento e os resultados desse sistema na cidade de Belo Horizonte, ao longo de 20 anos, e verificou o aumento dos gastos municipais em saúde e educação, além de uma redução da mortalidade infantil. “Essa nova dinâmica permite que os gastos sejam destinados para as áreas de maior risco social, e permite também um maior controle da destinação das verbas”, avaliou.

O Orçamento Participativo, elaborado no Brasil por governos municipais, disseminou-se pelo mundo. Segundo o professor Romão, essa solução foi implantada em cidades africanas, asiáticas, latino-americanas, e mesmo norte-americanas, como Chicago e Nova York.

DIREITOS HUMANOS

O evento também discutiu o trabalho da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República,

Para além das fronteiras

No encontro, a integração regional na América do Sul foi analisada em uma mesa-redonda formada pelos cientistas políticos Andrés Serbin, presidente-executivo da Coordenadora Regional de Estudos Econômicos e Sociais (Cries), com sede em Buenos Aires, na Argentina, Marcelo Santos, professor da FCL, e Marco Aurélio Nogueira, também docente de Araraquara e diretor do

Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Para os especialistas, as mudanças sociais e políticas na região fortaleceram os Estados nacionais, sobretudo a figura dos presidentes da República – e são eles que fazem os acordos bi e multilaterais. As instituições de integração regional, como a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) e a União das Nações Sul-

-americanas (Unasul), de acordo com Serbin, articulam-se entre os governos nacionais, sem haver espaço para a participação social. “O grande desafio dessa integração é: como articular a participação com a agenda regional de desenvolvimento?”, salientou. “Apesar da região se distinguir do resto do mundo na formulação de políticas diferenciadas para a distribuição de renda e de

desenvolvimento econômico, a América Latina tem problemas em suas instituições criadas para a integração”, avaliou Nogueira. Para Santos, o crescimento da participação social em nível regional é muito difícil, principalmente entre os países andinos. Ele argumenta que Peru, Colômbia, Equador e Bolívia apresentam sociedades fragmentadas, sem um sentimento de nação.



Conselhos de gestão do SUS foram tema de Shankland



Clara apontou exemplo do plano de metas paulistano



Para Romão, falta incluir setores desorganizados



Vannuchi discutiu experiência no governo federal



Pontual propõe leis para garantir política pública



Orçamento participativo foi analisado por Wampler



Prestação de contas de governos é solução para Vera



Mudanças exigem novos conceitos, segundo Cláudia

entre 2005 e 2010. Nesse período, foram realizadas 74 conferências, que culminaram na elaboração do 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH). De acordo com Paulo Vannuchi, então ministro dessa secretaria, as conferências garantiram a universalização de direitos no país, numa perspectiva de diversidade. “Mas esses canais precisam ser aperfeiçoados, para que as discussões das conferências se transformem, efetivamente, em políticas públicas”, disse Vannuchi na conferência de abertura.

De acordo com Pedro Pontual, da Secretaria Geral da Presidência da República, o aperfeiçoamento democrático se dará com a consolidação de uma “rede” de leis que permita a articulação entre os espaços de formulação e avaliação das políticas públicas. O Sistema Nacional de Participação Social, que materializa essa rede, deve entrar em vigor até o fim deste ano. “Nosso objetivo é possibilitar, tanto legalmente quanto culturalmente, a permanência de instrumentos

Evento, que reuniu pesquisadores, gestores públicos e representantes de movimentos e organizações da sociedade civil, mostrou que novos processos democráticos não se limitam a eleições para os Poderes Legislativo e Executivo e que vários setores sociais se organizam para participar da formulação de políticas públicas em nível municipal, estadual e federal

e espaços participativos para além dos governos de um ou outro partido político”, observou Pontual.

AVALIAÇÃO

Por sua vez, o sociólogo Arilson Favareto, da Universidade Federal do ABC (UFABC), detectou problemas nos conselhos de programas federais

para o desenvolvimento agrário, a partir de um levantamento de 15 anos. Apesar de possibilitar uma maior transparência e controle do uso dos recursos públicos, Favareto enfatizou que as diferenças sociais e organizativas entre os setores participantes impediram uma distribuição igualitária dos recursos. Para ele, grupos organizados, como sindicatos de agricultura familiar, tiveram uma participação muito superior à de outros grupos, que não conseguiam aprovar suas demandas, como os indígenas e quilombolas.

“Esses espaços apresentam ainda a falta de um planejamento estratégico regional e futuro”, disse Favareto. “É necessária a formação mais adequada para os representantes participarem desses fóruns.”

A institucionalização da participação da sociedade e a elaboração de políticas públicas que abarcam as necessidades mais amplas da população acabam por desmobilizar os cidadãos, de acordo com o cientista político Cícero Araújo, da USP. Ele destacou

a necessidade de mudança no tom dos discursos, para que suas palavras incentivem a participação popular. “É necessária uma narrativa dramática, onde as pessoas entendam por que estão lutando”, observou. “A mobilização é mais fácil em regimes ditatoriais; pois o Estado é o inimigo a ser derrotado.”

As novas configurações democráticas exigem também uma renovação de conceitos, segundo a professora Cláudia Feres Faria, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ela explicou que os estudos sobre democracia tradicionalmente opunham a participação e a representação. A primeira ganhava contornos de democracia direta, na qual as decisões eram tomadas pelos próprios cidadãos, como nos plebiscitos, enquanto a segunda envolvia a eleição de representantes que atuam nos Poderes Executivo e Legislativo. Com a existência dos novos espaços de formulação das políticas públicas, na análise de Cláudia, os dois termos passam

a se integrar, na medida em que a participação de grupos sociais organizados se dá por representação também nessas arenas, sem a necessidade do processo eleitoral.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Já o pesquisador mexicano Ernesto Isunza Vera, do Centro de Investigação e Estudos Superiores em Antropologia Social, vê na proposta da accountability (que pode ser traduzida por prestação de contas) um desenvolvimento da teoria política. Por meio da accountability, a representação não depende apenas da autorização dada pelos eleitores, como na teoria clássica, mas também da constante prestação de contas. Vera apontou os diversos mecanismos de controle tanto os criados pelo Estado, como o Ministério Público, quanto os elaborados pela sociedade.

Entre as formas de controle da sociedade sobre os governos, foram expostas no encontro as experiências do Observatório Cidadão de Piracicaba (SP); Rede Nossa São Paulo, da capital paulista; Observatório Social de Maringá (PR); e Nuestra Córdoba, da cidade argentina. Seus representantes esclareceram como acompanham os gastos públicos e a efetivação de políticas e promessas de campanha.

Integrante da rede paulistana, Clara Meyer destacou o papel da organização na formulação da lei municipal que obriga o prefeito eleito na capital a apresentar um plano de metas nos primeiros 90 dias de governo. “Com o conhecimento desse plano, a população da cidade pode acompanhar o desenvolvimento das ações governamentais”, disse.

Para o professor Romão, os debates do encontro mostraram que os espaços de participação ainda precisam ser melhor articulados e aprimorados, a fim de envolver toda a sociedade, “sobretudo aqueles cidadãos em maior risco social e que não têm poder de organização”. “No entanto, esses espaços são uma escola de administração pública para os seus representantes e contribuem para a transparência na gestão”, afirmou o professor da FCL.

Veja vídeos com entrevistas do professor **Wagner Mourão**, **Alex Shankland** e **Ernesto Vera** no blog *Diário da ACI*: <http://blogaci.unesp.br/diariodaaci/>



Partitura com obra de Castro Lobo: qualidade garantiu sobrevivência da obra de mineiro

Música salva pelas redes sociais

Cópias feitas por admiradores preservaram composições de João de Deus de Castro Lobo

Oscar D'Ambrosio

A obra conhecida do músico João de Deus de Castro Lobo (1794-1832) tem uma característica muito especial. As 40

composições hoje conhecidas do mais produtivo autor mineiro e afrodescendente da primeira metade do século XIX sobreviveram graças a

apógrafos, ou seja, a cópias dos originais. Não se conhece nenhum autógrafo – um manuscrito original – de suas criações.

Professor do Instituto de Artes (IA) da Unesp, Câmpus de São Paulo, Paulo Castagna tem pesquisado o legado desse compositor e como ele chegou até os dias atuais. Castagna fez um levantamento de composições musicais impressas, discografia e informações bibliográficas sobre Castro Lobo, além de informações disponíveis em documentos cartoriais e eclesiais. Paralelamente, construiu um catálogo temático e detalhado de suas peças, a partir de cerca de 700 fontes manuscritas.

A partir da constatação de que o músico teria morrido de sífilis (e talvez também de tuberculose), Castagna levanta a hipótese de destruição dos autógrafos em 1832, pelo medo do contágio da doença. O pesquisador adverte que a hipótese ainda não foi comprovada. “Em virtude dos elementos até agora disponíveis, no entanto, essa possibilidade é bastante forte”, diz.

Seja qual for a razão do desaparecimento dos originais, o docente do IA assinala que a qualidade da produção de Castro Lobo garantiu sua preservação, realizada por centenas de pessoas. Nesse processo, foi decisiva a participação do mestre de capela José Felipe Corrêa Lisboa e talvez de outros músicos da catedral de Mariana.

Assim, no decorrer dos séculos XIX e XX, novas cópias da obra do músico foram sendo reincorporadas ao arquivo dessa igreja e de outras instituições.

A difusão de aproximadamente 700 cópias por diferentes cidades, copistas e datas revela, para Castagna, a atuação de uma rede social que pode desvelar a importância de tais obras para a própria rede. O *Credo*, peça de harmonia clara e simples, por exemplo, tem mais de 110 cópias. Por outro lado, o *Stabat mater*, obra de harmonia mais densa e complexa, apresenta apenas uma única cópia conhecida, elaborada por Manuel José Gomes (1792-1868), o pai de Antônio Carlos Gomes.

“Abordar a música tendo em mente as redes sociais pode nos ajudar a definir melhor sua função no presente e evidenciar as transformações que pode realizar na prática musical e na própria musicologia da atualidade”, comenta Castagna.

O professor publicou um artigo sobre o tema em *Opus: Revista Eletrônica da Anppom*, v.18, n° 1, jun. 2012, p. 9-40. ISSN: 1517-7017. O artigo está disponível no endereço <<http://archive.org/details/ProducaoMusicalEAtuacaoProfissional-DeJoaoDeDeusDeCastroLobo>>.



Atuação do maestro é analisada no contexto de Campinas

As muitas faces do irmão de Carlos Gomes

Carreira musical e atividade política se associam na vida de José Pedro de Sant'Anna Gomes

José Pedro de Sant'Anna Gomes (1834-1908) foi personagem destacado do meio musical de Campinas na segunda metade do século XIX. A trajetória do irmão de Carlos Gomes, porém, revela uma figura multifacetada, cuja atividade foi muito além da esfera artística, segundo o estudo que está sendo feito por Alexandre Abreu, em seu doutorado no Programa de Pós-graduação em Música do Instituto de Artes (IA) da Unesp, Câmpus de São Paulo, orientado pelo professor Paulo Castagna.

Violinista de formação, Sant'Anna Gomes também se destacou como maestro. Esteve à frente da orquestra do Teatro São Carlos e

regeu companhias líricas e orquestras visitantes, além de grupos locais. Seu talento envolveu, ainda, o trabalho como compositor e copista.

Em suas composições, predominam as formações camerísticas para cordas. O restante de sua produção abrange principalmente peças orquestrais, algumas obras vocais de caráter litúrgico, peças para banda de música e duas óperas. Ao mesmo tempo, Sant'Anna Gomes desenvolveu um complexo perfil político e social, atuando como vereador, juiz de paz, presidente da junta militar, comerciante e empresário.

Em sua pesquisa, Abreu procura mapear as questões envolvidas na atividade do compositor e músico – como

a recepção das obras e as condições para o exercício da profissão, entre outras –, relacionando-as aos eventos da cidade, por exemplo, as reformas do teatro e a construção de novos espaços.

A partir dessa perspectiva, o pesquisador apresenta a hipótese de que Sant'Anna Gomes seria um “mediador transcultural”, segundo o conceito do antropólogo Hermano Vianna, não podendo assim ser definido apenas por alguma de suas funções. “Com base nesta hipótese, pretendemos analisar sua trajetória, interpretando suas atividades não isoladamente, mas relacionadas à sua sociedade e ao papel que estas tiveram na mesma”, afirma Alex. **OD**



Projeto lança 54 novos títulos

Editora Unesp e Pró-reitoria de Pós-graduação oferecem hoje 192 livros para download gratuito

A **Unesp** é a universidade que mais publica trabalhos de seus docentes e mantém a editora universitária com o maior número de títulos digitais na plataforma SciELO Livros. Essas duas conquistas

estão vinculadas à criação, em 2010, da Coleção Progp-FEU digital. A iniciativa, promovida pela Fundação Editora da Unesp (FEU) e pela Pró-reitoria de Pós-graduação (Progp), permitiu aumentar o volume de publicações de trabalhos dos

pesquisadores e, ao mesmo tempo, massificar o acesso às obras. Em 2012, foram registrados mais de 134 mil downloads, que são gratuitos, dos 138 títulos então disponíveis.

No dia 24 de abril, na sede da Editora, foram lançadas outras 54 obras, elevando para 192 o número de livros publicados, avanço que permite às duas parceiras planejar novos voos: “Entramos nesse nicho no momento certo”, disse no evento a professora Marilza Vieira Cunha Rudge, vice-reitora da **Unesp**. “Estamos pensando agora em formas de chegar a públicos ainda não alcançados, como pessoas

cegas e surdas, e discutindo a possibilidade de vir a publicar versões em inglês.”

A distribuição digital acarreta a avaliação pública do trabalho dos docentes, assinalou no encontro o pró-reitor de Pós-graduação, Eduardo Kokubun, deixando implícito que as plataformas virtuais podem contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade dos conteúdos dos estudos apresentados.

Já a pró-reitora de Pesquisa, Maria José Mendes Soares Giannini, enfatizou que as obras nesse formato ficam disponíveis por tempo indefinido para o leitor. A Coleção Progp Digital, segundo Maria José, evidencia o potencial da **Unesp** de ser uma universidade de classe mundial, pela publicação de sua produção acadêmica, avaliada com rigor pelos seus programas de pós-graduação. “Um projeto como este é fundamental para a disseminação para a sociedade do conhecimento que a Universidade gera”, afirmou.

A migração do conteúdo impresso para o formato digital é um desafio a ser enfrentado, diante das demandas contemporâneas dos países da

América Latina, de acordo com José Castilho Marques Neto, presidente da Editora Unesp: “A migração traz a necessidade de elaborar estudos que procurem compreender o desenvolvimento dessas formas diferenciadas de leitura, inclusive a requalificação e o reordenamento do que se entende por livro, leitura e autoria”, advertiu.

Editor-executivo da Editora Unesp, Jézio Hernani Bomfim Gutierre destacou que, com o desenvolvimento do programa de edição digital já em 2010, a Editora e a **Unesp** visavam objetivos acadêmicos e sociais que são hoje considerados cruciais para a edição universitária internacional. Hoje, universidades como Harvard esforçam-se por disponibilizar gratuitamente os conteúdos digitais de suas pesquisas, em modelo similar àquele adotado, desde sua origem, pelo Programa Progp-FEU.

Durante a transmissão on-line do lançamento, o professor Raimundo Márcio Mota de Castro, da Universidade Estadual de Goiás, disse que em pequenas cidades do interior do seu Estado é difícil contar com uma boa biblioteca e, além disso, não há livrarias: “A iniciativa da **Unesp** demonstra o verdadeiro papel social da universidade”, declarou. “Parabéns a todos e obrigado pelo presente que recebemos.”

192 TÍTULOS

A coleção Progp-FEU Digital, uma das primeiras de e-books acadêmicos do país, foi iniciada em 2010, com a disponibilização de 44 obras para download gratuito. O projeto tem como objetivo democratizar a produção acadêmica – todos os títulos são assinados por docentes da Unesp e abordam temas os mais variados dentro da área de Ciências Humanas, como educação, história, geografia.

Em 2011 foram incluídos 50 novos títulos e em 2012, outros 44. A meta do projeto é publicar 1.000 livros até 2020. Todo o novo lote e parte dos 138 livros que já integravam a coleção estão disponíveis também para impressão sob demanda. Durante 2012 foram contabilizados mais de 134 mil downloads de obras da coleção. Os novos lançamentos já registraram cerca de 8.300 downloads até o fim do mês de maio.

VEJA REPORTAGENS DA TV UNESP

54 novos livros digitais estão disponíveis para baixar
<http://www.tv.unesp.br/noticia/2160>

Pró-reitor de Pós-graduação fala sobre o lançamento de e-books com pesquisas da Unesp
<http://www.tv.unesp.br/noticia/2155>

ACESSE FOTOS DO EVENTO

<http://www.unesp.br/porta!/#/noticia/10710/colecao-digital-da-unesp-pode-no-futuro-ter-versoes-em-ingles/>

Para conhecer todos os títulos e os autores que integram a Coleção Progp/FEU Digital, acesse
<http://bit.ly/ipKHX8>



Em 2012, Proex investiu R\$ 2,5 milhões em projeto que oferece 4.886 vagas em 22 unidades

Cresce 40% aprovação de aluno de cursinho da Unesp

Este ano, 2.516 estudantes passaram em vestibulares, sendo 1.647 em instituições públicas

Fabiana Manfrim

A Pró-Reitoria de Extensão Universitária (Proex) apresentou ao Conselho Universitário, no dia 25 de abril, um balanço das ações empreendidas para a manutenção dos cursinhos pré-vestibulares da **Unesp**. A Universidade ofereceu 4.886 vagas em 26 cursinhos distribuídos por 22 unidades universitárias.

Segundo a pró-reitora Mariângela Spotti Lopes Fujita, em 2012, foram investidos nessa área cerca de R\$ 2,5 milhões, entre pagamento de bolsas para os alunos professores,

material didático padronizado e ajuda de custo para a seleção dos candidatos beneficiados. "Trata-se de um projeto muito interessante de inclusão social que a Universidade oferece para pessoas com dificuldades socioeconômicas", completa.

Nos vestibulares de 2013, 2.516 estudantes dos cursinhos da **Unesp** foram aprovados em vestibulares, sendo 1.647 em instituições públicas.

"Houve um crescimento de aproximadamente 40% no total dos alunos de cursinhos pré-vestibulares aprovados, em relação a 2012", assinala.

Os cursinhos da **Unesp** estão presentes nas cidades de Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Dracena, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Itapeva, Jaboticabal, Marília, Ourinhos, Presidente Prudente, Registro, Rio Claro, Rosana, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Vicente, Sorocaba e Tupã.

Contatos dos cursinhos da Unesp:
http://www.unesp.br/portal#!/servico_ses/cursinhos

Universidade no eduroam

Sistema permite acesso seguro à Internet sem fio

O serviço mundial de acesso seguro à Internet acadêmica sem fio, o eduroam (Education Roaming), já alcança onze instituições de ensino e pesquisa do país, com quase 200 pontos de acesso. A **Unesp** é uma dessas instituições.

O serviço tem como objetivo facilitar o roaming da comunidade acadêmica pelo mundo pelas mesmas credenciais do usuário na sua instituição de origem. É oferecido em aproximadamente 60 países por mais de 8.200 pontos de acesso.

A rede não requer inúmeros logins e senhas. É necessário apenas efetuar o cadastro e configurar o computador, celular ou tablet para detectar a rede sem fio. Para ser um cliente do serviço, o único requisito da instituição é estar homologada na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que reúne as instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

REDE SEM FIO DA UNESP

O GRC – Grupo de Redes de Computadores da Assessoria de Informática da **Unesp** informa que, além da eduroam, a rede sem fio da **Unesp** (wfu) já funciona para acesso via notebooks, tablets e smartphones. A grande vantagem da wfu é que os usuários acessam a rede com as mesmas credenciais a partir de qualquer câmpus da **Unesp** e também da Reitoria.

No acesso à rede wfu deve ser utilizada a autenticação dos sistemas **Unesp**:

- docentes e funcionários: rhonline
- alunos de graduação: sistema acadêmico
- alunos de pós-graduação: matrícula on-line
- visitantes: wfuVisitante

Informações gerais sobre o eduroam:

www.eduroam.org

Informações sobre o eduroam na Unesp:
www.unesp.br/eduroam

INFORMAÇÕES

www.unesp.br/wfu ou www.unesp.br/grc

Padronização da grafia de “câmpus”

Tendo em vista a necessidade de a **Unesp** uniformizar seus padrões linguísticos dentro das normas da língua portuguesa e seguindo o rumo da excelência em todas as suas instâncias, seja no ensino, na pesquisa, na extensão e na administração, tanto na Reitoria como nas suas unidades, foi solicitado à profa. dra. Maria Helena de Moura Neves um parecer sobre a grafia da palavra “câmpus”.

A profa. Maria Helena é docente aposentada do Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras da **Unesp**, Câmpus de Araraquara, e professora emérita da **Unesp**; autora da *Gramática de usos do Português* e do *Guia de usos do português*, obras publicadas pela Editora Unesp; docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie; e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq). Em texto publicado na íntegra em http://www.unesp.br/portal#!/aci_ses/normas-e-padroes/sobre-campus-campi/, ela aponta as seguintes indicações conclusivas em favor do uso de Câmpus, tanto no plural como no singular:

1) Câmpus é um termo latino trazido à língua portuguesa para aplicação em um campo de especialidade, mas, pela

própria acepção, tornou-se termo corrente, o que faz esperar sua incorporação à norma gráfica da língua.

2) Como forma de origem latina, essa palavra tem naturalmente a feição de palavra portuguesa e facilmente se coloca entre outras semelhantes no rol de substantivos da língua.

3) Segundo as regras oficiais de acentuação, o acento circunflexo é necessário para a indicação de que se trata de palavra

paroxítona, já que as palavras portuguesas terminadas em -u (s) não acentuadas são oxítonas. A partir daí, o plural é câmpus, igual ao singular (como bônus, íctus, vírus).

O respeito a essa orientação – grafando sempre câmpus, seja no plural ou singular – é uma padronização que pode e deve contribuir muito para uma comunicação de melhor qualidade dentro da Universidade.



Vanderlan, Silva, Varela e Marilza durante a posse

Novos membros na Academia

Há décadas eles são amigos e parceiros em atividades de pesquisa. Agora, José Arana Varela e Elson Longo da Silva, professores do Instituto de Química, Câmpus da **Unesp** de Araraquara, são membros titulares da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Eles tomaram posse numa cerimônia realizada no dia 7 de maio, no Rio de Janeiro.

“É uma satisfação ser empossado como membro da ABC, uma instituição muito importante para o avanço da ciência no Brasil, que desempenha um papel estratégico para auxiliar a sociedade a se apropriar do conhecimento gerado pelas pesquisas realizadas no país e influenciar políticas públicas em prol do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação”, afirma Varela, atualmente diretor-

-presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fapesp.

Ao todo, foram nomeados 26 novos membros titulares, em dez diferentes áreas, e dez membros correspondentes, em oito áreas. Varela foi empossado na área de Ciências Físicas. Longo, que é diretor do Centro Multidisciplinar de Desenvolvimento de Materiais Cerâmicos e coordenador do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia de Materiais em Nanotecnologia, tomou posse na seção de Ciências Químicas.

A cerimônia teve a presença do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, entre outras autoridades. Também participaram do evento Marilza Vieira Rudge, vice-reitora da **Unesp**, que representou o reitor Julio Cezar Durigan; e Vanderlan Bolzani, também integrante da ABC e diretora-executiva da Agência Unesp de Inovação.



Medalha distingue atividade profissional de Vieira

Ação reconhecida na área agrônômica

Todos os anos, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (Aeasp) presta homenagem a membros da categoria que se destacam em suas atividades. Entre os nomes escolhidos em 2013 está o professor e chefe de Gabinete da **Unesp** Roberval Daiton Vieira, agraciado com a Medalha Fernando Costa na área de Ensino.

“É uma satisfação receber essa medalha outorgada pelos profissionais da área”, comenta o professor Vieira, que recebeu a honraria no dia 2 de maio, durante a Feira da Agrishow, em Ribeirão Preto (SP). “Trata-se de um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido como professor e pesquisador ao longo da minha carreira.”

Vieira graduou-se em Agronomia pela atual

Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Câmpus de Jaboticabal, onde atualmente é professor titular junto ao Departamento de Produção Vegetal. Bolsista de produtividade em pesquisa 1D do CNPq, atua principalmente no setor de Produção e Tecnologia de Sementes. Publicou mais de 110 artigos em periódicos nacionais e internacionais e apresentou mais de 180 resumos em eventos técnico-científicos do Brasil e do exterior. Também é autor de quatro livros e 13 capítulos de livros.

A medalha reverencia a memória de Fernando Costa (1886-1946), ministro da Agricultura no primeiro mandato de Getúlio Vargas e secretário de Agricultura do governo Júlio Prestes, conhecido principalmente por sua luta em favor dos interesses da agronomia.



Andrade analisou contaminação do milho e do solo

Prêmio ao estudo dos riscos da poluição

Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus de Curitiba, Maurício Gomes de Andrade é especialista em Ciência do Solo. Como pesquisador, ele realiza estudos sobre contaminação ambiental inorgânica, tecnologias limpas e presença, em solos e plantas, dos elementos-traço – elementos químicos que, embora sejam essenciais aos

seres vivos, como zinco, ferro e cobre, podem ser poluentes perigosos na natureza.

Em 2011, Andrade doutorou-se com uma pesquisa sobre elementos-traço em pés de milho e em latossolos (solos constituídos principalmente por material mineral) que haviam recebido aplicações de lodo de esgoto. “No estudo, investigamos a contaminação do solo e do milho por essas substâncias e avaliamos as

condições da planta e sua produtividade”, esclarece. O trabalho, orientado pelo professor Wanderley José de Melo, foi apresentado no Programa de Pós-Graduação de Agronomia (Ciência do Solo) da **Unesp** de Jaboticabal.

Por sua pesquisa, Andrade recebeu a menção honrosa do Prêmio Vale-Capes de Ciência e Sustentabilidade 2012. A cerimônia de premiação dos oito trabalhos selecionados

entre concorrentes de todo o país ocorreu no dia 10 de maio, em Belém do Pará. O professor Melo parabeniza seu orientado “pelo trabalho dedicado e criterioso com que conduziu sua tese”. “Esse reconhecimento vem também valorizar nosso curso de pós-graduação em Agronomia, pois evidencia a qualidade de seus docentes e o critério com que as disciplinas e as teses são levadas a efeito”, finaliza Melo.



Fundação Unesp

Candidatos chegaram a 19.777 este ano, mesmo com redução do número de vagas

Procura por Vestibular Meio de Ano cresce 23%

Engenharia Civil em Ilha Solteira e Engenharia de Produção em Bauru são os cursos mais procurados

Adriano Anderson de Castro, Assessoria de Comunicação, Fundação Unesp

A procura de candidatos pelo Vestibular Meio de Ano da **Unesp** cresceu 23% de 2012 para 2013. O número de inscritos passou de 16.040 para 19.777, mesmo com redução no número de vagas, de 465 em 2012 para 420 neste ano. Os cursos mais procurados continuam sendo Engenharia Civil em Ilha Solteira (58,9 candidatos por vaga) e Engenharia de Produção em Bauru (55,9). Em 2012, os índices desses cursos eram 48,2 e 48, respectivamente.

A carreira com maior crescimento porcentual na procura é Agronomia em Registro, com a proporção de candidatos atingindo 23,3 por vaga, uma expansão de 133% em relação aos dez alunos por vaga de 2012. Outras opções bastante procuradas são Engenharia Mecânica e Zootecnia em Ilha Solteira (39,4 e 31,7 estudantes por vaga, respectivamente). O número de treineiros no exame, que chegou a 6.010 em 2013, aumentou 56% em comparação aos 3.834 do ano passado.

Das dez cidades de prova, o maior incremento porcentual se deu em Dracena: aumento de 45,9% no total de vestibulandos (de 438 para 639). Houve crescimento de 27,6% em Ilha Solteira (de 1.085 para 1.385), de 27,2% em Bauru (de 3.395 para 4.319) e de 25,1% em São José do Rio Preto (de 2.264 para 2.833).

A prova da primeira fase ocorreu no dia 26 de maio. As Provas de Conhecimentos Específicos acontecem nos dias 22 e 23 de junho. Em 17 de julho, será publicado o resultado final dos exames.

Equipe do Rondon vai atuar no Pará

Édison Trombeta, Comissão de Comunicação da Unesp de Presidente Prudente

O Ministério da Defesa aprovou o projeto para a expedição Forte do Presépio, que envolve alunos da **Unesp** de Presidente Prudente sob a orientação da professora Olga Cristina de Mello Malheiro, do Departamento de Educação Física. A operação deverá

acontecer entre 6 e 22 de julho, na cidade de Aurora do Pará (PA).

“Os alunos que irão compor a expedição consideram o projeto como uma grande oportunidade de crescimento pessoal”, diz Ricardo Ribeiro Agostinete, graduando em Educação Física e um dos integrantes da equipe.

O Projeto Rondon é uma iniciativa do governo federal que busca contribuir para a formação do universitário como cidadão, integrando-o ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas em áreas carentes do país.

Copa de futsal reúne 22 câmpus

No dia 18 de maio, a Liga Interuniversitária abriu oficialmente a 1ª Copa Unesp de Futsal.

A competição terá na disputa 44 times dos 22 câmpus da Universidade. Nesta primeira fase, mais de 600 jogadores estão inscritos, entre homens e mulheres.

Com apoio da Reitoria, a Liga criou o campeonato com o objetivo de fomentar o esporte e integrar os câmpus. Na primeira fase da Copa, as 44 equipes foram divididas em grupos de três e quatro times. Os dois primeiros colocados de cada um se classificam para a próxima etapa.

Mais informações e tabela em <http://bit.ly/16P2hn2>.

Aluno se distingue em prova sobre inovação sueca

Rodrigo Hyago de Araújo Pereira, aluno do curso de Engenharia Ambiental do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da **Unesp**, Câmpus de Rio Claro, obteve o segundo lugar no Desafio Suécia-Brasil Sem Fronteiras. Da competição on-line participaram mais de 3 mil estudantes de graduação do país.

O estudante defendeu sua reflexão sobre a Tetra Pak, a tecnologia de embalagens que os suecos desenvolveram na década de 1950. Como prêmio, ganhou um estágio remunerado de quatro semanas, entre junho e julho, no Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), onde ele trabalhará com iniciativas ligadas ao programa Ciência sem Fronteiras.

Em várias etapas, em que foi obrigatório o uso da língua inglesa, o Desafio envolveu testes, redação e uma apresentação oral para um júri formado por representantes de universidades e outras instituições suecas. O foco principal das provas foi a questão da inovação nesse país. A promoção foi do Swedish Institute – Students Competition, em conjunto com 14 universidades suecas e o Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro.

Shutterstock



Estudante analisou a embalagem de Tetra Pak

AGÊNCIA UNESP DE INOVAÇÃO

Palestra discute ameaça ao Cerrado



Wikimedia Commons



Perda de vegetação prejudica produção de pesquisas

O Cerrado sofre diversas ameaças à sua biodiversidade, devido ao cultivo de soja e a outras atividades econômicas. “A produção de oleaginosas vem crescendo exponencialmente no Cerrado e isso é um problema, pois estamos tirando toda a vegetação que pode nos trazer valor”, ressaltou Vanderlan Bolzani, professora do Instituto de Química da **Unesp**, Câmpus de Araraquara, e diretora da Auin, na palestra “Beleza & inspiração do universo micromolecular da biodiversidade do Cerrado”. A palestra integrou o quarto evento do Ciclo de Conferências 2013 do Biota Educação, promovido no dia 16 de maio pelo Programa Biota-Fapesp.

Vanderlan mencionou medicamentos produzidos com base na pesquisa das plantas do Cerrado.

E também apresentou a NuBBE Database, uma base de dados sobre produtos naturais isolados a partir da biodiversidade do Brasil que já reúne informações sobre 640 compostos.

A iniciativa, integrada ao Programa Biota-Fapesp, nasceu da cooperação entre o Núcleo de Bioensaios, Biossíntese e Ecofisiologia de Produtos Naturais (NuBBE), da **Unesp**, e o Laboratório de Química Medicinal e Computacional

(LQMC), do Instituto de Física de São Carlos, da USP.

A quinta etapa do Ciclo de Conferências será no dia 20 de junho, sobre o bioma Caatinga. Seguem-se conferências sobre os biomas Mata Atlântica (22 de agosto), Amazônia (19 de setembro), Ambientes Marinhos e Costeiros (24 de outubro) e Biodiversidade em Ambientes Antrópicos – Urbanos e Rurais (21 de novembro).

CARTAS

A Operação Andarilho e a Operação Denúncia

O texto da reportagem sobre os 50 anos do Câmpus de Botucatu, publicada no *Jornal Unesp* de abril, informa que “em 1967, em plena ditadura militar, a denominada ‘Operação Andarilho’ mobilizou cerca de 600 alunos numa marcha de Botucatu a São Paulo para reivindicar verbas para os cursos recém-implantados”.

Na verdade, a Operação Andarilho foi um movimento reivindicatório muito criativo, porém apolítico, no qual as pessoas caminharam até a capital do Estado. Em 1968, os alunos dos quatro cursos então existentes na FCMBB (Agronomia, Biologia, Medicina e Veterinária) iniciaram a Operação Denúncia, também reivindicando melhores condições de ensino, mas com forte

conteúdo político em defesa da democracia e dos direitos humanos. Embora apoiados por grande parte dos docentes, foram duramente reprimidos, tanto pelo regime militar quanto por alguns dirigentes e colegas. Houve prisões, torturas etc.

Acho importante que a história seja contada com base na verdade: na Operação Andarilho os riscos foram mínimos, ao contrário do que ocorreu na Operação Denúncia, na qual se arriscou não apenas a carreira mas, sobretudo, a vida.

Thais Helena Abrahão Thomaz Queluz
Profa. Titular do Departamento de Clínica Médica – FM/Unesp | Aluna da VI turma da FCMBB

ERRAMOS

Na edição de maio (nº 288), o texto de abertura do caderno *Fórum* deixou de mencionar os pesquisadores de Rio Claro

no grupo multidisciplinar responsável pelas atividades do Centro de Estudos de Venenos e Animais Peçonhentos (Cevap).



GOVERNADOR: Geraldo Alckmin
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
 CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 SECRETÁRIO: Rodrigo Garcia

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
 ‘JÚLIO DE MESQUITA FILHO’

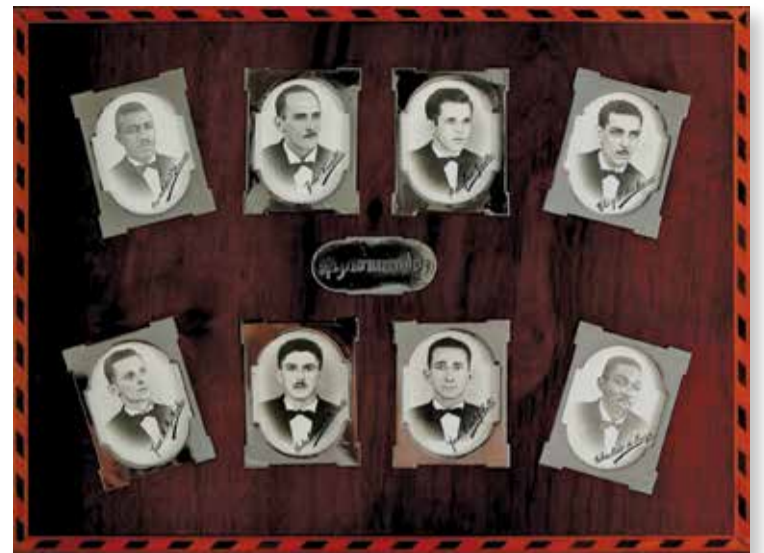
REITOR: Julio Cezar Durigan
 VICE-REITORA: Marilza Vieira Cunha Rudge
 PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: Carlos Antonio Gamero
 PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO: Laurence Duarte Colvara
 PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO: Eduardo Kokubun
 PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
 Mariângela Spotti Lopes Fujita
 PRÓ-REITORA DE PESQUISA: Maria José Soares Mendes Giannini
 SECRETÁRIA-GERAL: Maria Dalva Silva Pagotto
 CHEFE DE GABINETE: Roberval Daiton Vieira
 ASSESSOR-CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
 E IMPRENSA: Oscar D'Ambrosio
 ASSESSOR-CHEFE DA ASSESSORIA DE INFORMÁTICA:
 Edson Luiz França Senne
 ASSESSOR-CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA:
 Edson César dos Santos Cabral
 ASSESSOR-CHEFE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO:
 Mario de Beni Arrigone
 ASSESSOR-CHEFE DE RELAÇÕES EXTERNAS:
 José Celso Freire Júnior
 ASSESSOR ESPECIAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:
 Rogério Luiz Buccelli
 DIRETORES/COORDENADORES-EXECUTIVOS DAS UNIDADES
 UNIVERSITÁRIAS:
 Francisco Leydson Formiga Feitosa (FMV-Araçatuba),
 Ana Maria Pires Soubhia (FO-Araçatuba), Cleopatra da
 Silva Planeta (FCF-Araçatuba), Andreia Affonso Barretto
 Montandon (FO-Araçatuba), Arnaldo Cortina (FCL-
 -Araraquara), Leonardo Pezza (IQ-Araçatuba), Ivan
 Esperança Rocha (FCL-Assis), Nilson Ghirardello (FAAC-
 -Bauru), Olavo Speranza de Arruda (FC-Bauru), Jair Wagner
 de Souza Manfrinato (FE-Bauru), João Carlos Cury Saad
 (FCA-Botucatu), Silvana Artioli Schellini (FM-Botucatu),
 Maria Dalva Cesario (IB-Botucatu), José Paes de Almeida
 Nogueira Pinto (FMVZ-Botucatu), Paulo Alexandre
 Monteiro de Figueiredo (Dracena), Fernando Andrade
 Fernandes (FCHS-Franca), Marcelo dos Santos Pereira
 (FE-Guaratinguetá), Marco Eustáquio de Sá (FE-Ilha Solteira),
 Ricardo Marques Barreiros (Itapeva), Maria Cristina Thomaz
 (FCAV-Jaboticabal), José Carlos Miguel (FFC-Marília),
 Andréa Aparecida Zacharias (Ourinhos), Antonio Nivaldo
 Hespanhol (FCT-Presidente Prudente), Reginaldo Barboza
 da Silva (Registro), Jonas Contiero (IB-Rio Claro), Sérgio
 Roberto Nobre (IGCE-Rio Claro), Renata Maria Ribeiro
 (Rosana), José Roberto Ruggiero (Ibilce-São José do Rio
 Preto), Carlos Augusto Pavanelli (ICT-São José dos Campos),
 Mario Fernando Bolognesi (IA-São Paulo), Wagner Cotroni
 Valenti (CLP-São Vicente), André Henrique Rosa (Sorocaba)
 e Danilo Florentino Pereira (Tupã).

jornalunesp

EDITOR: André Louzas
 REDAÇÃO: Cíntia Leone e Daniel Patire
 COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: Adriano Anderson de Castro,
 Edison Trombeta, Fabiana Manfrim, Leandro Rocha,
 Marina Mattar (texto), Flávio Fogueral, Genira Chagas,
 João Moretti Jr., Sérgio Santa Rosa (texto e fotos),
 Vinicius dos Santos (fotos)
 PROJETO GRÁFICO: Hanco Design
 (Ricardo Miura e Andréa Cardoso)
 DIAGRAMAÇÃO: Felipe Santiago, Leonardo Fial,
 Luiz Fernando Almeida e Rafael Tadeu Sarto (RS Press)
 REVISÃO: Maria Luiza Simões
 PRODUÇÃO: Mara Regina Marcato
 ASSISTENTE DE INTERNET: Marcelo Carneiro
 APOIO ADMINISTRATIVO: Thiago Henrique Lúcio
 TIRAGEM: 25.000 exemplares
 Este jornal, órgão da Reitoria da **Unesp**, é elaborado
 mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa
 (ACI). A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é
 permitida, desde que citada a fonte.

ENDEREÇO: Rua Quirino de Andrade, 215, 4º andar, Centro,
 CEP 01049-010, São Paulo, SP. Telefone: (11) 5627-0323.
 HOME PAGE: <http://www.unesp.br/jornal>
 E-MAIL: jornalunesp@reitoria.unesp.br

IMPRESSÃO: Art Printer



Ao lado, funcionários em greve, em 1960; acima, formandos da Escola Senai Ferroviária de 1953; abaixo, construção de barracão, em 1960: preconceito informal influenciava chefias na escolha de empregados que recebiam promoção



TREM DAS CORES

Cientista social analisa convívio entre funcionários brancos e negros na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, entre as décadas de 1930 e 1970, como reflexo de relações raciais no país

Oscar D'Ambrosio

Além de interligar regiões e contribuir para o desenvolvimento nacional, as ferrovias produziram diversos impactos sociais no país. Entre outras consequências, sua expansão envolveu trabalhadores de diferentes etnias na dinâmica de uma mesma categoria, os ferroviários.

Em seu doutorado, Lania Stefanoni Ferreira estudou as conexões entre vida e trabalho de funcionários negros e brancos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, nas cidades de Rio Claro, São Carlos e Araraquara, no período de 1930 a 1970. A partir de entrevistas com dezenas de aposentados nas três cidades, ela analisou as relações de raça e classe dentro

de uma atividade profissional, confrontando-as com a visão do país como “democracia racial”. A tese foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, sob orientação da professora Márcia de Paula Leite.

Nas narrativas dos aposentados, são encontradas as características do “ser ferroviário”, segundo Lania, que é pesquisadora associada do Laboratório de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diversidade e do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora da Unesp, Câmpus de Araraquara. Essas peculiaridades são expressas tanto em uma iniciação precoce no mundo do trabalho, quanto na existência

de carreiras funcionais ou ainda numa consciência profissional que permeava a vida social dessa categoria.

“FAMÍLIA” NOS TRILHOS

A identidade ferroviária, o sentimento de pertencimento a uma “família” eram, na opinião de Lania, argumentos usados pelos funcionários quando necessitavam de aumentos, licenças ou contratação de parentes. Eles também lançavam mão desse vínculo com a empresa para se distinguir de outros trabalhadores.

De acordo com a pesquisadora, a noção de “família ferroviária”, da mesma forma que o mito da democracia racial, com suas ideias de ausência de preconceito e discriminação no país, pode ser encarada como efeito de uma representação mais

ampla sobre o caráter nacional brasileiro, que inclui noções como “homem cordial”, “povo pacífico” e a tendência à conciliação e ao compromisso.

Ela argumenta que o fetiche da igualdade entre os ferroviários funcionou como mediador nas relações de classe, que contribuiu para que situações conflitivas frequentemente terminassem em conciliação dentro da categoria.

Lania ressalta que, em certas circunstâncias, predominava uma identidade étnico/racial, como a que levou à criação do Clube Flor em São Carlos, um local onde os funcionários negros encontravam lazer e divertimento. Em outros aspectos, preponderava a identidade de uma categoria de trabalhadores lutando por seus direitos em greves e paralisações. “Assim, é impossível entender esta categoria separada da noção de luta de classe histórica dos ferroviários, porque foi no processo desta luta que ela se definiu e se concretizou”, declara.

PROMOÇÕES EXCLUDENTES

No ambiente de trabalho, de acordo com a pesquisa, era preciso que os negros não ultrapassassem o socialmente permitido e desejável em relação aos brancos, para assegurar a continuidade das

estruturas sociais existentes. Logo, a inclusão social do negro trazia no ambiente de trabalho ferroviário uma exclusão social não demarcada, ambígua.

“As entrevistas nos induzem a concluir que o preconceito informal acabava por influenciar os chefes quando iam escolher quem deveria ser promovido, ainda que os poucos negros que fizeram a Escola Senai Ferroviária (seis negros de um total de trinta e três entrevistados), tenham ascendido a cargos de mando”, afirma Lania.

Os entrevistados também afirmaram que os negros não subiam de cargo porque não tinham estudo e, conseqüentemente, não passavam nos exames. No entanto, os exames eram práticos, exigindo muito mais experiência do que escolaridade. Além disso, a diferença de escolaridade entre os brancos e os negros não era muito significativa quando se considera o total de entrevistados.

“As práticas de inclusão e exclusão observadas nas interações entre os próprios ferroviários e entre eles e o meio que os cercava confirmam que é somente a partir da união das perspectivas de mistura e segregação, característica da sociedade brasileira, que podemos entender a complexidade do nosso sistema racial”, assinala Lania.